Entrevista

"Sem o livro e a leitura o que se pode vislumbrar é a barbárie"

Aníbal Bragança Entrevista concedida a Ariane Pereira¹

Aníbal Bragança, editor associado do dossiê "História do Livro e da Leitura", publicado nesta edição da Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM), é um dos maiores estudiosos brasileiro desse tema. Desse modo, mesmo participando da feitura do dossiê temático ora apresentado, não poderia deixar de ser ouvido. Na entrevista que segue, ele fala sobre a formação da cultura escrita/letrada brasileira, sobre políticas públicas de incentivo à leitura, sobre a formação de leitores e, também, sobre os desafios do mercado editorial brasileiro frente as novas tecnologias e as novas práticas sociais de leitura. Após ouvi-lo, corroboramos com o desfecho primoroso da entrevista: "A escrita, a tipografia e as tecnologias digitais são conquistas humanas que servem à liberdade, à ciência, ao desenvolvimento, à felicidade e à paz". Por isso, nos voltamos ao tema e muito refletimos sobre ele a partir das palavras de Aníbal Bragança.

Que momentos o senhor destacaria na formação da cultura escrita no Brasil?

AB - O futuro Brasil nasceu sob o signo da escrita. A Europa já conhecia a tipografia de Gutenberg quando o escrivão da frota de Cabral, Pero Vaz de Caminha, anunciou, por escrito, ao rei de Portugal a descoberta da Terra de Santa Cruz. Os primeiros missionários jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, chegaram ao Brasil em 1549 e logo instalaram um colégio na Bahia para catequizar os índios e ensinar-lhes a ler e escrever. José de Anchieta e António Vieira foram outros nomes destacados da ação educadora da Companhia de Jesus nos séculos XVI e XVII. Estes, em 1759, já haviam criado 670 escolas espalhadas por grande parte do território. Foram

expulsos da colônia pelo Marquês de Pombal, que desejava oferecer um ensino laico no reino de Portugal e seu império. Entretanto, outras ordens religiosas já se haviam instalado no Brasil e continuaram a oferecer sua ação educativa, paralelamente às aulas régias e de professores particulares. Raramente a educação estava ao alcance de escravos, que eram a maioria da população. Na segunda metade do século XVIII a sociedade colonial se torna mais complexa, especialmente, com a descoberta das minas, dando fim ao binômio senhor-escravo que marcou a sociedade açucareira. A presença estatal se tornou mais forte, assim como a de trabalhadores livres e pequenos produtores rurais, atraídos pelas novas riquezas. Com a mudança da capital do então vice-reinado, de Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, inicia-se uma nova etapa na formação letrada no Brasil. Apesar da maioria da população, composta por escravos, continuar analfabeta, já em 1747, um editor lisboeta, António Isidoro da Fonseca, instalou uma oficina tipográfica no Rio de Janeiro para atender às demandas do clero, do estado, dos professores e estudantes. Como não tinha licença para funcionar, sua oficina foi fechada por determinação régia, após publicar alguns impressos. Em 1799, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro do Príncipe Regente, D. João, criou, em Lisboa, sob a direção do Frei José Mariano da Conceição Veloso, primo de Tiradentes, a Casa Literária do Arco do Cego, uma editora voltada principalmente para o desenvolvimento da colônia. Poucos anos depois, a corte portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1808, e o mesmo D. Rodrigo criou a primeira editora permanente do Brasil, a Impressão Régia do Rio de Janeiro. A partir daí começaram a circular no Brasil, além dos livros impressos na Europa, também os belos livros da Impressão Régia, dando início a um processo que, embora tardio, levou o Brasil a formar a mais forte indústria editorial da América Latina. Esta história, bem mais extensa, está contada na obra que coorganizei Impresso no Brasil - Dois séculos de livros brasileiros, publicada pela Editora Unesp, Prêmio Jabuti de melhor livro do ano na área de Comunicação, em 2011.

No Brasil, há uma relação entre as práticas de oralidade e a cultura letrada?

AB - Essas práticas sempre interagem, em todas as culturas e não seria diferente no Brasil, uma enriquecendo a outra. Isso se vê muito claramente na literatura de cordel no Brasil, mas não só. Obras como *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, e *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, comprovam a presença da cultura oral na literatura.

¹ Jornalista, mestre em Letras, doutora em Comunicação e Cultura. Docente efetiva do Departamento de Comunicação Social da Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste), em Guarapuava, Paraná. Editora da Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) – ariane_carla@uol.com.br

É possível estabelecer uma história das práticas sociais de leitura no Brasil?

AB - Podemos afirmar que desde o século XVIII as elites coloniais tinham acesso às práticas de leitura. A expansão dessas práticas na sociedade se deu paralelamente à expansão do ensino, da vida urbana e das lutas pela abolição e pela república, que ampliaram muito a imprensa periódica e a leitura de jornais. Após, outro marco importante foi a Revolução de 30, já no século XX, que ampliou as classes médias e a leitura feminina, criando um público ampliado para o romance. Foi quando surgiram várias editoras, tendo à frente a José Olympio. Houve também o desenvolvimento do sistema escolar e de universidades. Outro momento histórico que ampliou as práticas de leitura no Brasil foi o pós-guerra e as lutas políticas pela democratização da sociedade nas décadas de 1950 e 1960. Com a ampliação da presença da televisão nos lares brasileiros, as práticas de leitura enfrentaram uma forte concorrência pelo tempo de lazer dos leitores, além da forte repressão à liberdade de expressão e à cultura, após o golpe militar de 1964. A partir da década de 1980, o mercado editorial se expandiu juntamente com o ensino, tendo como base os programas governamentais de compra de livros para distribuição em escolas.

O Brasil tem políticas públicas voltadas para o livro e a leitura?

AB - Tem. Elas começaram mais diretamente em 1937, quando Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional do Livro, extinto pelo governo Collor de Melo. Mais recentemente, em 2006, o governo Lula criou o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), reunindo várias iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento do livro, da leitura e das bibliotecas. Infelizmente, apesar dos esforços, muito ainda se precisa fazer para criar no país as condições necessárias ao desenvolvimento social das práticas leitoras. O maior empecilho é a pobreza e a desigualdade social, que exclui muitas famílias das condições mínimas de qualidade de vida. Mas há outros, como a baixa qualidade do ensino em grande parte das escolas, o número insuficiente de bibliotecas e livrarias, além do preço dos livros. E ainda o desenvolvimento de novas tecnologias que facilitam o acesso a um conhecimento superficial e descartável, que aliás está reduzindo as práticas de leitura de livros no mundo inteiro.

Qual a relação entre a produção de livros e a circulação de ideias?

AB - Desde sempre o livro foi um instrumento de circulação de ideias, mas após a invenção de Gutenberg,

no século XV, isso se acentuou. Foi a circulação, leitura e discussão de livros que levou à construção do mundo moderno, sua ciência, filosofia e pensamento. Todas as revoluções e movimentos políticos tem nos livros suas fontes e fundamentos.

Qual é sua avaliação sobre a circulação e o consumo de livros, hoje, no Brasil?

AB - O mercado do livro vive no Brasil uma contradição, pois se publica muito e se lê pouco. Por um lado, a expansão do ensino e o progresso social contribuem para a ampliação do mercado leitor e há uma consciência da importância da leitura para o desenvolvimento profissional e pessoal. Isso se reflete no desenvolvimento de algumas áreas, como a dos livros didáticos, de literatura infantil e de administração e negócios. Por outro lado, a concentração das livrarias em redes e a redução de seu número impedem que o livro esteja presente no cotidiano da grande maioria das cidades brasileiras. Houve um desenvolvimento grande no mundo das editoras, com grande profissionalização, mas a distribuição é um desafio que ainda não foi vencido, mesmo com o auxílio das livrarias virtuais.

Recorrentemente, em diversas situações, atores sociais distintos afirmam que o Brasil não é um país de leitores. O senhor corrobora - ou não - com esse posicionamento?

AB - O Brasil é um país de grandes contrastes sociais, culturais e regionais. Algumas cidades tem bons índices de leitura, em outras a realidade é bem diferente. Pensando no Brasil como um todo, as estatísticas indicam que se lê pouco, mesmo em comparação a países da América Latina.

Quando falamos em leitura, por aproximação, falamos também em formação de leitores. A escola e a família estão tendo êxito nesse sentido? Nossas crianças e os adultos brasileiros lêem mais hoje do que liam há alguns anos?

AB - A alfabetização é a porta de entrada no mundo da leitura de textos. Assim, o desenvolvimento das práticas leitores no Brasil está vinculado à expansão do ensino público, principalmente. Hoje quase todas as crianças são matriculadas nas escolas. Isso foi um grande avanço mesmo comparando-se com a realidade de algumas décadas atrás. Entretanto, isso não basta. Muitas crianças abandonam a escola e não completam sua formação. Outras nunca chegam a criar uma competência leitora que faça

o livro ter presença no seu cotidiano. Apesar de exceções admiráveis, a escola, a biblioteca e mesmo a família não tem sido bem sucedidas na formação do hábito de leitura na criança e no jovem brasileiro. Mas não devemos esquecer que, com o desenvolvimento das práticas leitores no mundo digital, hoje grande parte da população jovem brasileira lê e escreve muito nos celulares e nas redes sociais. Em geral, leituras breves, descartáveis, superficiais, que não chegam a provocar grandes reflexões e amadurecimento.

Os livros - literários ou históricos - têm sido base para a produção de conteúdo midiático, em especial, televisivo. Como o senhor vê esse fenômeno?

AB - Há uma constante intertextualidade e convergência das produções literárias e das mídias. As adaptações de livros para o teatro, a televisão e mesmo para os jogos eletrônicos é enriquecedora e oferece a muitos acesso a um patrimônio simbólico que, se ficasse restrito aos livros, nunca chegaria a ser conhecido.

Desde a década de 1980, a morte do impresso - seja ele jornal ou livro - é profetizada. Ainda há lugar para o papel?

AB - Bem antes disso, a questão já se colocou. Desde Walter Benjamin, nos anos 1930, o Marshall McLuhan, nos anos 1960, o fim do livro como tal estava previsto. Em nosso tempo, já podemos constatar essas previsões, especialmente em relação ao periódico impresso. Jornal e revista tem perdido terreno para o universo virtual e isso parece irreversível, pois as mídias digitais atendem com maior velocidade e acessibilidade às trocas de informações e à divulgação de artigos curtos, inclusive os acadêmicos. Já o livro impresso certamente terá vida sua vida estendida por mais tempo, pois, para muitos, ainda é a melhor maneira de se ler textos longos.

Como o mercado editorial tem enfrentado os desafios impostos pelas novas tecnologias e pelo digital?

AB - Reage à queda das vendas dos impressos com a publicação de livros digitais, com custos menores e maior acessibilidade. Entretanto, no Brasil, o preço do e-book ainda é regido pelo mercado do impresso. As editoras, com medo de perder mais vendas do livro tradicional, vendem o digital muito caro. Além disso o mercado ainda é restrito.

Voltando às crianças... Elas fazem parte de uma geração de nativos digitais. Isso muda a relação delas com a materialidade do livro?

AB - Sim. A formação da criança em convívio constante com o universo digital, com todas as suas atrações, movimento, interatividade, convergência, torna para eles o livro impresso menos atraente. Entretanto, a criança é atraída pelas estórias que a levam a viajar no imaginário também no livro tradicional. Hoje as editoras produzem livros com alta qualidade gráfico-editorial que continuam atraindo os leitores infantis e juvenis. Mas é necessário que as famílias possam oferecer-lhes a oportunidade de ir às livrarias e bibliotecas, ouvir e ler suas estórias.

É possível estabelecer uma agenda para o mercado editorial brasileiro?

AB - O mercado editorial no Brasil depende, fundamentalmente, da superação da realidade social que exclui milhões de adultos e de crianças do acesso à cultura letrada, pela pobreza material e simbólica. Com programas governamentais de promoção social e redução da desigualdade, com saúde, educação e bibliotecas para todos, o número de leitores potenciais no Brasil será duplicado ou triplicado. A classe média brasileira, também penalizada quando se quer aumentar a receita do estado para atender aos interesses do sistema financeiro, como agora, acaba reduzindo seus gastos com livros. Assim, além da questão de uma nova configuração para o mercado do livro digital, os editores brasileiros devem lutar para que o Brasil seja um país mais democrático, política e socialmente. Assim, suas perspectivas serão melhores. É preciso incluir os pobres no mercado do livro.

Como o senhor vislumbra o futuro do livro e da leitura?

AB - Com otimismo. Sem o livro e a leitura o que se pode vislumbrar é a barbárie. A escrita, a tipografia e as tecnologias digitais são conquistas humanas que servem à liberdade, à ciência, ao desenvolvimento, à felicidade e à paz.